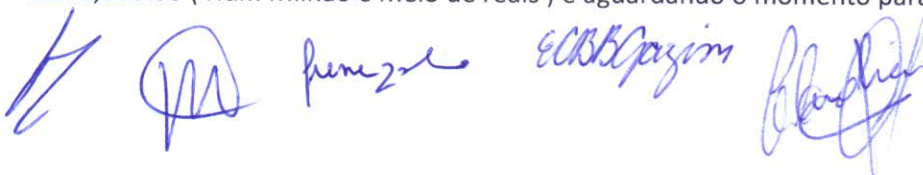


Aos 16 dias do mês de dezembro de 2019, reuniram-se na sede da Colombo Previdência, para a reunião ordinária, os membros dos conselhos deliberativo: Edna Cristina Bueno B. Gazim – Vice Presidente; Marco Aurélio Gastão; Vilamr Pereira Rios; Irene de Fátima Tosin; Marcio Andriago Marcondes; Claudnei Duarte de Lima. A reunião tem a seguinte pauta; 1. Leitura e aprovação da ata da reunião anterior, a qual não será feita pelo motivo da ata estar como Sr. Joelcio Madureira, a qual sua ausência foi justificada devido a forte chuva nesta data, não tendo como chegar até o local da reunião. 2. Leitura e aprovação dos investimentos para o ano de 2020 e informes gerais.

O Sr. Claudinei sugeriu que fosse colocado na pauta a explicação sobre as aposentadorias aprovadas acima do valor de R\$10.000,00 (Dez mil reais) para cargos que não seriam compatíveis a esse valor, concordando com essa explanação a conselheira Edna Gazim, também não entende esses "super-salários". O diretor financeiro da autarquia, o Sr. Giovanni Corletto, explicou a todos que isso provém do RH da prefeitura, e que não foi a autarquia que estipulou esses salários, continua explicando que essas respostas devem vir do setor jurídico do RH da prefeitura, assim os conselheiros presente solicitaram que a autarquia questione o RH, pois os servidores ativos querem uma resposta oficial. O Sr. João Magno, explica que a documentação da autarquia encontra-se correta e segundo o plano de carreira é legal, e não contem erros, e que esse questionamento deveria ser ao ministério público. O Sr. Giovanni explica que quando ocorrem essas alterações significativas o RH é questionado, e o mesmo responde que quando o funcionário teve o salário aumentado, contribuiu sobre o valor, assim, para a autarquia, torna-se um direito adquirido. Após, o Sr. Giovanni apresenta a carteira de outubro e novembro do ano de 2019, as anteriores já foram apresentadas, explica que até setembro a rentabilidade foi de 1,33, e em outubro com a expectativa do corte da Selic, que era para ficarmos com a rentabilidade de 1,31 contra 0,63 da meta do mês. Já em novembro após o corte da Selic, a ata do Copom apareceu deixando dúvidas sobre o corte da Selic que teria em dezembro, e no mês de outubro havia subido bastante o mercado tendo correções, apresentou todos os índices do mês de novembro e falou que quase todos ficaram negativos. Todos os títulos públicos corrigiram a expectativa acima da ata inundada. Isso acabou impactando nossa carteira, pois 70% são títulos públicos, o que seguiu para nos nossa carteira foram os fundos de ações, deixando-nos há 9,47 contra 8,80 da meta, assim, estamos acima da meta.

Em dezembro veio o corte de Selic, 4,5% ao ano, a meta esta controlada, iremos em dezembro terá carteira acima de 1% contra uma meta que não chega a 1%, fechando o ano bem. Ainda sobre os fundos foi explicado sobre suas rentabilidades que estão favoráveis. O plano financeiro em novembro 9,34% de rentabilidade contra 8,80 da meta. O plano previdenciário 9,50 contra 8,80 da meta. Na última reunião de outubro foi aprovado aproximadamente 10% de investimentos em títulos médios, lma-b, e nos fundos de ações aprovados na última reunião estamos em torno de quase 12 a 13% nesses fundos, chegaremos próximos dos 15% por recomendação da consultoria, já pensando em 2020. Aplicado no Itaú Fenix R\$ 1.500.000,00 (Um Milhão e meio de reais) e aguardando o momento para fazer a aplicação

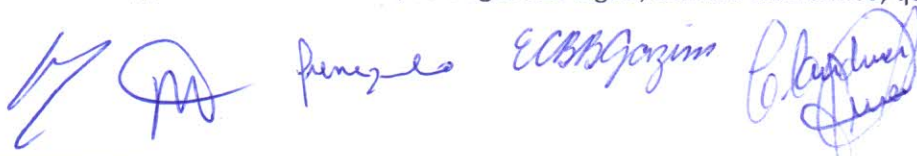


, no J. Malucelli e no Az Legan para fechar os 15% e começar 2020 com eles. Esta sendo aguardado a correção do cadastro dessas duas ultimas citadas.

O diretor superintendente da autarquia, o Sr Eliseu Ribeiro explanou algumas decisões da Colombo Previdência, que tudo será muito transparente, que em 2020 a alíquota patronal previdenciária será aumentada para 14%, e que o auxilio reclusão, que hoje esta na nossa lei, será retirado, assim como outros auxílios que já não estão em nossa lei, dando como exemplo, auxílio maternidade e família, entre outros que o RPPS não paga e sim o município, ficando para nos, o auxilio reclusão, mas será retirado, pois também encontra- se na lei do município, aguardando então a PEC paralela pra a reforma ser feita. Futuramente as regras de aposentadoria irão mudar, porém nada será precipitado, e so acontecerá quando a PEC for aderida. Explicado também que os planos do estado não tem nada haver com os da autarquia, o Sr. Eliseu continuo explicando que iremos entrar com o pedido na prefeitura do município com os documentos da alíquota em Janeiro/20 com o prazo ate 31 de julho de 2020 para ser cumprido o que esta na PEC paralela.

Em Janeiro de 2020 será apresentado novo calculo atuarial. O Sr. Giovanni, informou sobre a questão de segregação de massas que tínhamos anteriormente aonde foi feito o L.M, levado a prefeita e o atuário , o Sr Vinicius trouxe- nos que me Brasília não iria ser nada feito ate passar a reforma da previdência, então nada adiantaria nós mandarmos para lá a tentativa de unificação das massas, pois eles não estariam analisando enquanto não passasse a reforma previdenciária e a PEC paralela, agora o atuário, acha que a PEC não virá, e que a partir de Janeiro/20 poderemos tentar novamente, juntamente com a prefeita, pois tem que ser feito o mais rápido possível. Nosso fundo financeiro não nos ajuda, deixando muitas coisas a se pensar. Começamos Janeiro/19 no fundo financeiro com R\$164 milhões de reais e agora em novembro /19esta com R\$154 milhões de reais, a folha do financeiro é paga em torno de R\$ 3 milhões/mês e recebe da prefeitura de repasse R\$1.100 milhões, então, R\$2 milhões saem dos recursos da aplicação. O valor que encontra-se aqui é do ano de 1993 até hoje, mas 1994 as pessoas já começaram a se aposentar. Os R\$ 154 milhões de hoje é mesmo conseguindo 10% das rentabilidades.

Foi relatado pelo Sr. Giovanni que nesse momento estamos sem auxilio da consultoria, mas já tinha sido elaborado a política em outubro/19, so esta sendo aguardado nova licitação para consultoria. Fo relida a questão contextual, como na reunião anterior, introdução, motivos, objetivos, sobre a política de investimentos, perfil de investidores, as exigências legais, cenário econômico, questão da infração prevista



para o presente e próximo ano, na verdade é um texto padrão, vindo do economista. A única mudança passada pelo Comitê e pelo conselho deliberativo foram as tabelas de alocação, acima do que já se tem hoje, há perspectiva, foram aprovados os títulos públicos, o Ima-b, Ima-b5, até 81%, 37,5, mínimo 20%, esses títulos como privados não tem nada no mercado, foram deixados 60% caso um banco lance algo, zero de estratégia e zero de limite mínimo, o CDI renderá 4% ao ano, deixando o mínimo 10%, 30% de estratégia e 40% no máximo, pois não se sabe o que pode acontecer durante o próximo ano. CDB com zero e estratégia de 15% caso apareça algo, o FIDC foi deixado zero com estratégia de 25 porque já se tinha isso na carteira, e 5% Máximo, o debêntures zero e 5 para limite Máximo caso apareça uma boa opção, na renda variável, os 2 tipo de ações esta zero, mas também deixando 5 no limite máximo caso apareça algo favorável no mercado, mesmo que hoje não temos nada, pois investimos em fundos de ações. Ações mínimo de 7%, 15 que é o que iremos iniciar 2020, e 20 o limite máximo, vindo a questão do pro-gestão, se aprovado o nível 1, conseguiremos aumentar os limites em ações. Multi Mercado zero e 5 e 10% no limite máximo, as participações e fundos imobiliários hoje tem-se próximo de 3 a 4%, deixando então o mínimo zero e o máximo 5%, e as ações de mercado de acesso não temos nada, mas foi deixado 5% caso apareça algo bom no mercado.

A exposição para os próximos 5 anos mínimo e o Máximo como já estavam, pois é difícil prever para 5 anos. Renda variável ações 7%, os outros todos zerados, então a exposição máxima em renda fixa seria de 93%. Nos limites gerais conforme a legislação pode-se aplicar 15%, temos os desenquadrados porque aplicou-se anteriormente, e nos fundos FIPs limite 5%. Com a projeção da consultoria da carteira, a expectativa para 2020 é que consigamos IPCA + 6,57%. Mas a taxa dita pelo atuário colocou como meta é de IPCA + 5,85, nosso juro parâmetro definido deve ser o menor entre esses dois, a expectativa de investimentos e a taxa atuarial, então seria 5,85 como a taxa parâmetro de juros.

Foi relatado que todos os conselheiros precisam com a máxima urgência terem a certificação do CPA-10.

Nossa gestão é própria e não terceirizada, nossos órgãos são o comitê de investimento, diretoria executiva e conselho deliberativo. O controle de risco é feito acima da carteira. A política foi aprovada pelos órgãos e assinada pelo representante do ente, a prefeita Beti Pavin, o representante da unidade gestora do Sr. Eliseu Ribeiro, e os responsáveis pela aprovação, apuração e execução, também pelo Sr João Magno, Giovanni Corletto, pelos presentes; Edna C. Bueno Gazim, Marco Aurélio Gastão, Vilmar Pereira Rios, Rosilene Noemberg Borges, Irene de Fátima Tosin, Marcio Andriago Marcondes e Claudinei Duarte de Lima.

As 10 horas e 45 minutos é encerrada a reunião, nada mais havendo a aprovar e tratar, a ta foi lavrada, aprovada e assinada pelos presentes.

Edna C. Bueno Gazim
Marcio Andriago Marcondes
Fernando